

Inteligência artificial está presente em 94% do Poder Judiciário, afirma pesquisa

23/07/2026

A inteligência artificial está presente em 59% dos órgãos federais e estaduais brasileiros, de acordo com os resultados da pesquisa Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Governo 2025, divulgada nesta quinta-feira (23/7) pelo [Comitê Gestor da Internet no Brasil \(CGI.br\)](#).

O Poder Judiciário lidera a adoção da tecnologia, atingindo 94% dos órgãos em 2025, seguido pelo Ministério Público (92%), pelo Poder Legislativo (83%) e pelo Poder Executivo (55%).

Segundo o estudo, entre as diferentes esferas administrativas, o uso de IA é mais recorrente nos órgãos federais (70%) do que nos estaduais (58%).

Outras tecnologias avançadas são menos disseminadas: a internet das coisas (IoT) aparece em 20% dos órgãos federais e em 29% dos estaduais, enquanto o blockchain obteve 25% na esfera federal e 17%, na estadual.

Esta é a sétima edição da pesquisa, conduzida pelo [Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação \(Cetic.br\)](#), departamento do [Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR \(NIC.br\)](#).

Entre os órgãos públicos que utilizam IA, a aplicação mais frequente é a automatização de processos de fluxos de trabalho, adotada por 39% das instituições (45% na esfera federal e 38% na estadual).

Em seguida, destacam-se a mineração de texto e a análise de linguagem, utilizadas por 35% dos órgãos (46% na esfera federal e 34% na estadual).

As ferramentas de aprendizagem de máquina para predição e análise de dados aparecem na sequência, presentes em 31% dos órgãos (39% na esfera federal e 30% na estadual).

Nos municípios

Pela primeira vez, o estudo mapeou o uso de IA nas prefeituras e constatou que 27% delas utilizaram a tecnologia nos 12 meses anteriores à pesquisa.

Os dados revelam disparidades importantes conforme o porte do município: a adoção alcança 85% nas cidades com mais de 500 mil habitantes e 81% nas capitais, enquanto nos municípios com até dez mil habitantes o percentual é de 22%.



Capacitação dos servidores é fundamental para incorporar essas tecnologias

Esse padrão também é observado no emprego de outras tecnologias digitais, que tende a ser mais elevado entre municípios de grande porte.

Nas administrações municipais, as aplicações de IA mais comuns também são a automatização de processos (14%) e a mineração de texto (12%).

As prefeituras declararam aplicar essas tecnologias principalmente para melhorar os serviços prestados à população (17%); aprimorar as operações internas (17%); apoiar políticas públicas e atividades-fim (14%); e fiscalizar o uso de recursos públicos (10%).

Parte da realidade

De acordo com o gerente do Cetic.br/NIC.br, Alexandre Barbosa, os resultados mostram que a inteligência artificial já faz parte da realidade de uma parcela significativa do setor público brasileiro.

“Ao mesmo tempo, evidenciam que ampliar a capacitação dos servidores públicos é um passo fundamental para que essas tecnologias sejam incorporadas de forma cada vez mais qualificada e contribuam para a melhoria efetiva dos serviços públicos prestados à população.”

Esta edição da pesquisa apresenta, pela primeira vez, um panorama mais amplo sobre o uso de inteligência artificial generativa (categoria de IA projetada para criar conteúdos originais — como textos, imagens, códigos e músicas — baseados em padrões identificados em vastas bases de dados) no setor público brasileiro.

Na esfera federal, 65% dos órgãos públicos têm iniciativas de utilização dessa tecnologia em processos internos, enquanto 29% a utilizam em serviços prestados diretamente ao cidadão.

No que diz respeito ao suporte e preparo das equipes para o uso de IA generativa, 59% oferecem cursos ou treinamentos, 46% contrataram ferramentas específicas para uso nos processos de trabalho e 43% estabeleceram diretrizes ou manuais de uso para os funcionários.

“A falta de capacitação desponta como a principal barreira à adoção da IA nas organizações públicas brasileiras. Esse desafio foi apontado por 19% dos órgãos federais, 21% dos estaduais e 40% das prefeituras”, afirma o levantamento.

Nas administrações municipais, os gestores também citaram como entraves o fato de a tecnologia não ser considerada uma prioridade de governo (36%), a ausência de necessidade ou interesse (35%), dificuldades relacionadas à disponibilidade e qualidade dos dados (35%) e custos elevados (34%).

As ferramentas de mensagens instantâneas consolidaram-se como importantes canais de atendimento à população.

Nas prefeituras, o atendimento para solicitação de serviços públicos via WhatsApp ou Telegram aumentou de 56% em 2023 para 64% em 2025, tornando-se o segundo canal de contato mais utilizado pelos municípios, atrás apenas do telefone convencional (83%).

Nos demais níveis de governo, 39% das organizações públicas federais e 43% das estaduais disponibilizavam recursos de envio de mensagens por dispositivos móveis em 2025.

Sobre a pesquisa

Produzida a cada dois anos desde 2013, a pesquisa TIC Governo mapeia a incorporação das tecnologias no setor público brasileiro e seu uso para a oferta de serviços públicos.

Além disso, o estudo investiga a existência de iniciativas de acesso à informação e participação da sociedade nas atividades das entidades públicas por meio das tecnologias.

A coleta de dados da edição de 2025, feita por telefone, ocorreu entre os meses de julho de 2025 e abril de 2026. Foram entrevistados 576 órgãos públicos federais e estaduais e 3.253 prefeituras. *Com informações da Agência Brasil.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jul-23/inteligencia-artificial-esta-presente-em-94-do-poder-judiciario-afirma-pesquisa/>